



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento do regime de gestão dos serviços públicos

O Comissariado contra a Corrupção (CCAC) divulgou recentemente o “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau (CCAC) de 2024” (adiante designado por relatório do CCAC). No documento é referido que o número total de processos instruídos no ano passado foi de 293, e os casos tratados relacionam-se principalmente com o regime da função pública, assuntos municipais e vida da população, e também com solos e obras públicas. Desse número de casos, foram instruídos 147 processos no âmbito da provedoria de justiça, um aumento de 24 casos em comparação com os 123 instaurados em 2023. ^[Notas 1 e 2]. Nesse âmbito, foram descobertas infracções cometidas pelo pessoal das forças de segurança por aproveitamento das funções exercidas, e ainda as relacionadas com as ausências frequentes do posto de trabalho e, em algumas situações, para deslocações fora do território durante o período de serviço. Houve também registo de casos em que estiveram envolvidos procedimentos inadequados por parte de médicos que ajudaram o respectivo pessoal na obtenção de justificação de faltas por doença prolongada. Além disso, foram registados casos de trabalhadores da função pública que se ajudavam mutuamente a picar o ponto, e de outros que se ausentavam do seu posto durante período de trabalho extraordinário, ou que falsificavam o registo de assiduidade sem nenhuma prestação de trabalho extraordinário, com vista à obtenção fraudulenta de remuneração ^[Nota 3]. As diversas irregularidades não só prejudicam



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

o primado da lei em Macau, como também afectam a confiança da sociedade de Macau na governação do Governo da RAEM.

De facto, o CCAC dispõe de um mecanismo de “verificação retrospectiva” para proceder a uma segunda apreciação dos serviços públicos em que foram reveladas irregularidades administrativas, com vista a assegurar o cumprimento das medidas sugeridas aos serviços para a sua melhoria ^[Nota 4]. No entanto, para resolver eficazmente os respectivos problemas, para além da fiscalização, o mais importante é que os serviços públicos procedam a uma revisão séria e tomem a iniciativa de descobrir as suas insuficiências. Assim, deve-se, sobretudo, criar mecanismos de acompanhamento e adoptar medidas de aperfeiçoamento, tendo em conta os problemas revelados no relatório do CCAC.

É de salientar que, os funcionários públicos são agentes do poder público e, caso pratiquem actos que violem a lei e a disciplina, vão certamente causar impactos à governação da RAEM. Além disso, a sociedade tem uma maior exigência em relação aos funcionários públicos quanto à sua consciência sobre o cumprimento da lei e a ética, por isso, o Governo deve proceder à reforma do regime de gestão dos serviços públicos, e também das acções de sensibilização e educação, com vista ao aumento contínuo da consciência dos trabalhadores dos serviços públicos sobre o cumprimento da lei e da disciplina.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

IE-2025-06-13-Lei Leong Wong R2 (P) LB AM



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Os casos divulgados no relatório do CCAC incluem o apoio mútuo dos funcionários públicos para picar o ponto, ou a falsificação de registos de assiduidade sem prestação de trabalho extraordinário, com vista à obtenção fraudulenta de remunerações ^[Nota 3]. Trata-se de situações que estão relacionadas com a conduta pessoal dos funcionários públicos, e ainda com o aperfeiçoamento do regime de gestão dos diversos serviços da Administração Pública. Assim sendo, o Governo procedeu a alguma avaliação global do actual modelo de registo de assiduidade dos diversos serviços públicos, considerando, por exemplo, a actualização dos equipamentos de registo assiduidade, com vista a evitar infracções através do uso de sistemas de identificação dos trabalhadores?

2. O relatório do CCAC refere que, em 2024, foram realizadas 622 acções regulares de sensibilização e que incluíam palestras, colóquios, *workshops* e actividades de formação, com a participação de 41.901 pessoas, e os destinatários dessas acções foram trabalhadores da função pública, entidades públicas e privadas e estudantes, entre outros ^[Nota 5]. Em termos numéricos, as autoridades têm feito um grande trabalho para elevar a consciência dos cidadãos sobre integridade e a honestidade na sua conduta, no entanto, as infracções disciplinares e legais cometidas pelos funcionários públicos continuam a aumentar. As autoridades já avaliaram a eficácia dos respectivos trabalhos? Com vista a elevar a eficácia do cumprimento da lei por parte dos funcionários públicos, vai o Governo criar mecanismos para avaliar periodicamente os resultados desses trabalhos?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. No passado, o relatório do CCAC apresentava a classificação estatística e pormenorizada de cerca de 30 tipos de queixas no âmbito da provedoria de justiça, incluindo os casos relacionados com o regime da função pública, as obras públicas e os assuntos municipais. No entanto, a partir do "Relatório de Actividades do CCAC de Macau 2018", essas informações já não constam do relatório. Assim sendo, por forma a permitir que o público conheça os problemas existentes nas diversas áreas administrativas, e a facilitar a fiscalização por parte da sociedade, o Governo vai ponderar incluir novamente essas informações com a classificação dos dados no dito relatório?

Referências :

[Nota 1] Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, "Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau 2024", pág. 6,

<https://www.ccac.org.mo/reports/cn/report2024.pdf> ◦

[Nota 2] Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, "Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau 2023", pág. 5,

<https://www.ccac.org.mo/reports/cn/report2023.pdf> ◦

[Nota 3] Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, "Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau de 2024", páginas 15 a 17,

IE-2025-06-13-Lei Leong Wong R2 (P) LB AM



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

<https://www.ccac.org.mo/reports/cn/report2024.pdf> ◦

[Nota 4] Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau de 2024”, página 43,

<https://www.ccac.org.mo/reports/cn/report2024.pdf> ◦

[Nota 5] Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, “Relatório de Actividades do Comissariado contra a Corrupção de Macau 2024”, pág. 49,

<https://www.ccac.org.mo/reports/cn/report2024.pdf> ◦

13 de Junho de 2025

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Leong Wong